

# GOVERNO MUNICIPAL DE MARACANAÚ – CEARÁ COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR PROCON MARACANAÚ

### TERMO DE NOTIFICAÇÃO - CARTA ELETRÔNICA

Número de Atendimento: 2508056400100006301

Data de retorno do consumidor(a): 14/08/2025

Horário: 8h

DADOS DO CONSUMIDOR(A)

Consumidor(a): ANA LUCIA OLIVEIRA SANTOS

**CNPJ/CPF:** 007.102.423-95

Endereço: Rua Fausto dos Santos - 2093 - Alto Alegre II - Maracanaú - CE - 61921-340

**Telefone:** (85) 98417-5093

### **DADOS DO FORNECEDOR**

Razão Social: Banco Crefisa Nome Fantasia: Banco Crefisa CPF/CNPJ: 61.033.106/0001-86

Endereço de Correspondência: Rua Canadá - Número 390 - Jardim América - São Paulo - SP -

01436-000

Telefone Institucional: (11) 3897-6200

E-mail Institucional: juridico.civel@crefisa.com.br

#### **DOS FATOS**

O(A) consumidor(a) acima qualificado comparece a este Órgão de Proteção e Defesa do Consumidor e, na presença do(a) servidor(a) abaixo qualificado, apresenta os seguintes fatos:

#### Relato:

A consumidora relata que foi vítima de um golpe, no qual foi realizado um empréstimo no valor de R\$ 3.150,00 (três mil cento e cinquenta reais) sem a sua autorização. A consumidora afirma que, ao comparecer a uma agência da reclamada, foi reconhecida a existência desse empréstimo, contudo, não lhe foram fornecidas informações complementares a respeito.

Posteriormente, em nova visita à agência da reclamada, a consumidora recebeu extratos que demonstram descontos realizados no benefício de seu filho.

Diante dos fatos, a consumidora dirigiu-se ao PROCON em busca de solução para o caso.

#### Pedido:

Diante do exposto, a consumidora requer:

1. A apresentação do contrato referente ao empréstimo mencionado;



# GOVERNO MUNICIPAL DE MARACANAÚ – CEARÁ COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR PROCON MARACANAÚ

2. O cancelamento imediato do referido empréstimo.

Ante o acima exposto, a Diretoria Executiva do Programa Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor de Maracanaú – Ceará (PROCON MUNICIPAL DE MARACANAÚ), no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Municipal nº 2.084 de outubro de 2013, bem como no parágrafo 1º do artigo 33, do Decreto 2.181/97, REQUER, no prazo de 10 (dez) dias corridos, que seja apresentada resposta eletrônica, com informações POR ESCRITO, a este Órgão ou solução para a questão acima descrita diretamente ao(a) consumidor(a). Na impossibilidade de atendimento ao pedido supra, este Procon requer, no mesmo prazo, resposta eletrônica acerca da negativa, nos termos que dispõe o art. 26, I, do Código de Defesa do Consumidor. Decorrido o prazo, poderá este Órgão instaurar processo administrativo (reclamação) para apurar eventual infração à Lei 8.078/90, bem como, posteriormente, apreciar a fundamentação desta reclamação para efeito de inclusão do nome do fornecedor nos Cadastros Municipal, Estadual e Federal de Reclamação Fundamentada, nos termos que dispõe o art. 44 do CDC. Adverte, por fim, que a ausência de manifestação no prazo concedido ensejará a apuração de eventual crime de desobediência, nos termos dos arts. 55 e 56 do CDC e 330 do Código Penal.

Maracanau/CE, 04 de A	gosto de 2025 .	
_		
	Daniela Pinheiro Bezerra de Farias	
	Diretora Executiva	
	PROCON - MARACANAÚ	

Ciente e de acordo:

ANA LUCIA OLIVEIRA SANTOS - Consumidor(a)

Recebido por(assinatura):

**PAULO DAVI PESSOA BASTOS PONTES - Atendente**